



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

(Paula Nunes)

CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE DUAS
VARREDORAS E ASPIRADORAS MECÂNICAS, COM 4
M³ (MÍNIMO) DE CAPACIDADE, PARA A DIVISÃO DE
LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

(Paula Nunes)

ARTIGO 1º
IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1. O presente concurso público tem como objeto a contratação da aquisição de duas varredoras e aspiradoras mecânicas, com 4 m3 (mínimo) de capacidade, para a Divisão de Limpeza e Higiene Pública, conforme se descreve pormenorizadamente no caderno de encargos.

ARTIGO 2º
ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a seguinte:

Município de Loulé

Praça da República

8104-001 Loulé

Telefone: 289 400600 / 289 400834

Telefax: 289 400697

ARTIGO 3º
ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal datado de 08.03.2019, no âmbito da sub-delegação de competências em matéria de autorização para realização de despesas, conferida por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 22.03.2018.

ARTIGO 4º
CONSULTA DO PROCESSO E ESCLARECIMENTOS

1. As peças que constituem o Procedimento, o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, encontram-se disponíveis para consulta na **DIVISÃO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL E APROVISIONAMENTO** da Entidade Adjudicante a acima mencionada (sita no Edifício Paços do Concelho - Praça da República, 8104-001 Loulé), cujo horário de atendimento é das 9.00H às 17.00H, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

(Paula Nunes)

2. As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov>, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente.

3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, exclusivamente através da referida plataforma electrónica.

4. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri, também por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma electrónica.

O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros e omissões das peças do procedimento nos termos e prazo indicados.

Os esclarecimentos e as rectificações serão disponibilizados na plataforma electrónica e juntos às peças do procedimento patentes para consulta.

5. Os esclarecimentos e rectificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Os interessados dispõem do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas para apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

ARTIGO 5º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

(Paula Nunes)

6. Em caso de adjudicação, todos os membros de agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato.

ARTIGO 6º

MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DATA LIMITE DE ENTREGA

Os documentos da proposta devem ser apresentados na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov> , até às 18h00m do 30º dia a contar da data do envio do respetivo anúncio para publicação em Diário da República.

ARTIGO 7º

PROPOSTA

1.- A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online (por carregamento do ficheiro “espd-request.xml” e seguindo as instruções fornecidas em anexo ao Programa de Procedimento (ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP). O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra. Deve ser submetido com o título DEUCP _designação concorrente.pdf.

1.2. No caso de pessoa colectiva o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial e declaração da representação de poderes, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para obrigar o concorrente. *(documento a anexar pelo concorrente).*


1.3. Documentos dos quais constem os ATRIBUTOS DA PROPOSTA, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:

- i) PREÇO GLOBAL *(conforme matriz de quantidades disponibilizada na plataforma);*
- ii) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- iii) CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- iv) PERÍODO DE GARANTIA *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- v) PRAZO DE ENTREGA *(documentos a anexar pelo concorrente).*



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão


(Paula Nunes)

1.4. Documentos que contenham os **termos ou condições** relativos a aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente os seguintes (documentos de entrega obrigatória, sob pena de exclusão):

- i) Declaração onde conste que se compromete manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- ii) Declaração onde conste que irão entregar manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da máquina, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos ou elétricos (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- iii) Plano de manutenção preventiva, no qual deverá constar os intervalos de manutenção e a descrição dos serviços que serão executados em cada intervenção (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- iv) Programa de formação que se propõem organizar (*documentos a anexar pelo concorrente*).

1.5. Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.

1.7. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

2. As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:


2.1. Os documentos da proposta devem ser assinados electronicamente com um certificado qualificado emitido por entidade autorizada para o efeito, conforme relação de entidades certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora disponível em www.gns.gov.pt . Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

2.2. As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão


(Paula Nunes)

2.3. Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente a declaração referida em 1.1. deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas colectivas deve juntar cópia das respectivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial.

3. Não são admitidas as propostas que envolvam alterações às cláusulas do caderno de encargos.

4. Não são admitidas propostas com variantes.

5. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

6. O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias contados da data limite para a sua entrega.

7. Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 8º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, definida para cada lote, conforme disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 74º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.º 036-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro.

Fatores do critério de adjudicação:

1. Preço Global (40 %);



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

(Paula Nunes)

2. Características Técnicas (30%);
3. Condições de Assistência Técnica (15%)
4. Prazo de Entrega (10 %)
5. Período de Garantia (5 %);

Em caso de empate o critério a adotar será o fator Características Técnicas. Se o empate persistir passa-se para o próximo fator com maior peso até esgotar todos os fatores. Se ainda assim persistir o empate procede-se a sorteio;

MODELO DE AVALIAÇÃO

1. Preço Global (40 %):

O preço base de €300.000,00 (trezentos mil euros), sem IVA incluído, corresponde ao montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual. As propostas cujo preço contratual seja superior ao preço base serão excluídas, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do mesmo Decreto-Lei.

A pontuação para o fator “Preço Global” apresentado pelos concorrentes para o fornecimento desta máquina, será calculada da seguinte forma:

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_a=$	Maior valor considerável	300.000,00€
$F_b=$	Menor valor considerável	250.000,00€
$P_p = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_p – Pontuação parcial obtida no subfactor “Preço Global” do concorrente

2. Características Técnicas (30 %):

Os subfactores a avaliar serão os seguintes:

2.1. Potência máxima do motor (15%):

A pontuação para este subfactor será obtida utilizando a seguinte expressão:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	130KW
$F_a=$	Menor valor considerável	110KW
$P_{PM} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{PM} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Potência do motor”;

2.2. Binário máximo do motor (15%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	690 Nm
$F_a=$	Menor valor considerável	520 Nm
$P_{BM} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{BM} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Binário máximo do motor”;

2.3. Cilindrada do motor (10%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_a=$	Maior valor considerável	5000 cm ³
$F_b=$	Menor valor considerável	4000 cm ³
$P_{CM} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{CM} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Cilindrada do motor”;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

2.4. Emissões Poluentes (10%):

Neste subfactor, serão avaliadas as emissões poluentes dos motores das varredouras nos termos da Norma Europeia EURO 6.

Serão tidos em consideração os valores dos seguintes poluentes:

- Monóxido de Carbono (CO);
- Hidrocarbonetos (HC);
- Óxidos de Azoto (NO_x)
- Emissões de partículas;

2.4.1. Monóxido de Carbono (CO) (25%):

L _{sup} =	Limite superior da pontuação	100
L _{inf} =	Limite inferior da pontuação	0
F _x =	Valor Proposto	Variável
F _b =	Menor valor considerável	0 g/kWh
F _a =	Maior valor considerável	0.4 g/kWh

$$P_{EPCO} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$$

P_{EPCO} – Pontuação parcial obtida no item “Monóxido de Carbono (CO)” pelo concorrente

2.4.2. Hidrocarbonetos (HC) (25%):

L _{sup} =	Limite superior da pontuação	100
L _{inf} =	Limite inferior da pontuação	0
F _x =	Valor Proposto	Variável
F _b =	Menor valor considerável	0g/kWh
F _a =	Maior valor considerável	0.13g/kWh

$$P_{EPHC} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$$

P_{EPHC} – Pontuação parcial obtida no item “Hidrocarbonetos (HC)” pelo concorrente

2.4.3. Óxidos de Azoto (NO_x) (25%):



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

L_{sup} =	Limite superior da pontuação	100
L_{inf} =	Limite inferior da pontuação	0
F_x =	Valor Proposto	Variável
F_b =	Menor valor considerável	0g/kWh
F_a =	Maior valor considerável	0.4g/kWh

$$P_{EPNOX} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$$

P_{EPNOX} – Pontuação parcial obtida no item “Óxidos de Azoto (NO_x)” pelo concorrente

2.4.4. Emissões de Partículas (25%):

L_{sup} =	Limite superior da pontuação	100
L_{inf} =	Limite inferior da pontuação	0
F_x =	Valor Proposto	Variável
F_b =	Menor valor considerável	0g/kWh
F_a =	Maior valor considerável	0.01g/kWh

$$P_{EEP} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$$

P_{EEP} – Pontuação parcial obtida no item “Emissões de Partículas” pelo concorrente

2.4.5. Pontuação total do subfactor “Emissões Poluentes” (100%):

A pontuação para este item do Critério de Avaliação será obtida utilizando a seguinte expressão:

$$P_{EP} = P_{EPCO} \times 0,25 + P_{EPHC} \times 0,25 + P_{EPNOX} \times 0,25 + P_{EEP} \times 0,25$$

onde:

P_{EP} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Emissões Poluentes” pelo concorrente

P_{EPCO} – Pontuação parcial obtida no item “Monóxido de Carbono (CO)” pelo concorrente

P_{EPHC} – Pontuação parcial obtida no item “Hidrocarbonetos (HC)” pelo concorrente

P_{EPNOX} – Pontuação parcial obtida no item “Óxidos de Azoto (NO_x)” pelo concorrente

P_{EEP} – Pontuação parcial obtida no item “Emissões de Partículas” pelo concorrente

2.5. Volume de carga útil da máquina (10%):



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	5m ³
$F_a=$	Menor valor considerável	4m ³
$P_{VC} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{VC} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Volume de carga útil da máquina” pelo concorrente;

2.6. Capacidade de carga útil da máquina (10%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	6000kg
$F_a=$	Menor valor considerável	4000kg
$P_{CC} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{CC} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Carga útil da máquina” pelo concorrente;

2.7. Largura máxima de varredura (10%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	3500mm
$F_a=$	Menor valor considerável	2000mm
$P_{LV} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{LV} - Pontuação parcial obtida no subfactor “Largura máxima de varredura”;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão


(Paula Nunes)

2.8. Raio mínimo de viragem entre passeios (10%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Menor valor considerável	4000 mm
$F_a=$	Maior valor considerável	4500 mm
$P_{DV} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{DV} - Pontuação parcial obtida no subfactor "Raio mínimo de viragem entre passeios";

2.9. Capacidade do depósito de água (10%)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	1000L
$F_a=$	Menor valor considerável	500L
$(DA) \text{ Capacidade do depósito de água} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{DA} - Pontuação parcial obtida no subfactor "Capacidade do depósito de água".

2.10. Pontuação final do fator "Características Técnicas" (100%):

O cálculo da pontuação parcial deste fator será efetuado da seguinte forma:

$$P_{CT} = P_{PM} * 0,15 + P_{BM} * 0,15 + P_{CM} * 0,10 + P_{EP} * 0,10 + P_{VC} * 0,10 + P_{CC} * 0,10 + P_{LV} * 0,10 + P_{DV} * 0,10 + P_{DA} * 0,10$$

onde:

P_{CT} – Pontuação parcial obtida no fator "Características técnicas do equipamento" pelo concorrente;

P_{PM} – Pontuação parcial obtida no subfactor "Potência máxima do motor";

P_{BM} – Pontuação parcial obtida no subfactor "Binário máximo do motor";

P_{CM} – Pontuação parcial obtida no subfactor "Cilindrada do motor";



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

- P_{EP} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Emissões poluentes” pelo concorrente;
 P_{VC} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Volume de carga útil da máquina” pelo concorrente;
 P_{CC} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Carga útil da máquina” pelo concorrente;
 P_{LV} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Largura máxima de varredura”;
 P_{DV} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Raio mínimo de viragem entre passeios”;
 P_{DA} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Capacidade do depósito de água”.

3. Condições de Assistência Técnica (15 %):

A pontuação para este fator do critério de adjudicação será obtida da seguinte forma:

3.1. Assistência Técnica Móvel (50 %):

Relativamente a este subfactor, será avaliada o número de viaturas, do tipo oficina móvel, detidas pelo concorrente para prestar assistência móvel (revisões e reparações) às varredouras, ou seja, em local fora das instalações oficiais do concorrente. Os concorrentes devem apresentar evidências da frota para assistência técnica, através da apresentação de cópia do Documento Único Automóvel e fotografia dos equipamentos específicos para manutenção instalados nos veículos de assistência.

Este subfactor será pontuado da seguinte forma:

Nº de Viaturas para Assistência Técnica	P_{AM}
5 ou +	100
4	80
3	60
2	40
1	20
0	0

P_{AM} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Assistência Técnica Móvel” pelo concorrente;

3.2. Custos de Assistência Técnica (50 %):

Neste subfactor, será tido em os custos com a manutenção e reparação da máquina.

3.2.1. Custo horário de mão-de-obra (50%):

Relativamente a este item, será tido em consideração o custo horário do valor de mão-de-obra atualmente praticado pelo concorrente na manutenção e reparação da máquina:

L_{sup} =	Limite superior da pontuação	100
-------------	------------------------------	-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

L_{inf}	Limite inferior da pontuação	0
F_x	Valor Proposto	Variável
F_b	Menor valor considerável	15€/h
F_a	Maior valor considerável	60€/h
$P_{CH} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{CH} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Custo horário de mão-de-obra”;

Será considerado anormalmente baixo o preço horário de mão-de-obra cujo valor seja inferior a €15,00 (quinze euros) sem IVA incluído, devendo o concorrente prestar esclarecimentos justificativos relativo aos elementos constitutivos da sua proposta que considerar serem relevantes para esse efeito.

Relativamente aos concorrentes que apresentarem um preço horário, sem IVA incluído, igual ou superior a €60,00 (sessenta euros), estes terão a pontuação mínima de 20 valores.

3.2.2. Custo das deslocações (50%):

Neste item, será tido em consideração o custo das deslocações, ou seja, o custo unitário por quilómetro a multiplicar pela distância entre as instalações oficiais mais próximas do concorrente e as instalações da Câmara Municipal de Loulé.

L_{sup}	Limite superior da pontuação	100
L_{inf}	Limite inferior da pontuação	0
F_x	Valor Proposto	Variável
F_b	Menor valor considerável	0
F_a	Maior valor considerável	312.50€
$P_{CD} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{CD} – Pontuação parcial no subfactor “custo das deslocações”;

3.2.3. Pontuação total do subfactor “Custos de Assistência Técnica” (100%):

A pontuação para este subfactor será obtida utilizando a seguinte expressão:

$$P_{CAT} = P_{CH} \times 0,50 + P_{CD} \times 0,50$$



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

onde:

P_{CAT} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Custos de Assistência Técnica”

P_{CH} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Custo horário de mão-de-obra”;

P_{CD} – Pontuação parcial no subfactor “custo das deslocações”;

3.3. Pontuação final do fator “Condições de Assistência Técnica” (100%):

O cálculo da pontuação parcial deste fator será efetuado da seguinte forma:

$$P_{AT} = P_{ATM} \times 0,50 + P_{CAT} \times 0,50$$

onde:

P_{AT} – Pontuação parcial obtida no fator “Condições de Assistência Técnica” pelo concorrente;

P_{AM} – Pontuação parcial obtida no subfactor “Assistência Técnica Móvel” pelo concorrente;

P_{CAT} – Pontuação obtida no subfactor “Custos de Assistência Técnica”;

4. Período de Garantia (10 %):

A pontuação para o período de garantia da máquina será obtida da seguinte forma:

L_{sup}	Limite superior da pontuação	100
L_{inf}	Limite inferior da pontuação	0
F_x	Valor Proposto	Variável
F_b	Maior valor considerável	60 meses
F_a	Menor valor considerável	24 meses
$(G) \text{ Garantia} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_G – Pontuação obtida no subfactor “Período de Garantia”;

Relativamente aos concorrentes que apresentarem um período total de garantia igual ou superior a 60 meses, estes terão a pontuação máxima de 100 (cem) valores.

Relativamente aos concorrentes que apresentem períodos de garantias específicas, tais como mecânica, sistema hidráulico, pintura, anti-corrosão, entre outros, será tido em consideração as seguintes categorias, assim como as respetivas ponderações:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

- Mecânica (motor e sistema / cadeia de transmissão): 20%;
- Garantia geral: 20%;
- Sistema hidráulico: 10%;
- Contentor: 10%;
- Chassis: 10%;
- Sistema elétrico: 10%;
- Sistema de escovas: 5%;
- Sistema de aspiração: 5%;
- Pintura: 5%;
- Anti-corrosão: 5%;

Será utilizada a expressão acima indicada para o cálculo da pontuação de cada garantia específica, sendo posteriormente afetada pela respetiva ponderação.

Considera-se garantia geral tudo que não estiver incluído nas garantias específicas, tais como amortecedores, bateria, rádio, pneus, etc.

Em caso de períodos de garantias diferenciados entre os vários componentes, será considerado, para cada categoria, o menor período apresentado.

Se existirem outras limitações às extensões de garantia apresentadas, como por exemplo limite de km ou limite de horas de funcionamento para além dos 24 meses (mínimo), a pontuação para o fator "Prazo de Garantia" tem uma penalização de 10 pontos.

5. Prazo de Entrega (5 %):

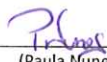
$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Menor valor considerável	0 Dias
$F_a=$	Maior valor considerável	90 Dias
(E) Prazo de entrega = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_E – Pontuação obtida no subfator " Prazo de Entrega";



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão


(Paula Nunes)

Para o cálculo deste fator do Critério de Adjudicação, os concorrentes deverão apresentar o prazo de entrega em dias consecutivos.

Relativamente aos concorrentes que apresentarem um prazo de entrega igual ou superior a 90 dias, estes terão a pontuação mínima de 0 valores.

6. Pontuação Final (100 %):

A pontuação final será calculada da seguinte forma:

$$P_F = P_P \times 0,40 + P_{CT} \times 0,30 + P_{AT} \times 0,15 + P_G \times 0,10 + P_E \times 0,05$$

onde:

P_F – Pontuação final do concorrente

P_P – Pontuação parcial obtida no fator “Preço Global” do concorrente

P_{CT} – Pontuação parcial obtida no fator “Características Técnicas”

P_{AT} – Pontuação parcial obtida no fator “Condições de Assistência Técnica” pelo concorrente

P_G – Pontuação parcial obtida no fator “Período de Garantia” apresentado pelo concorrente

P_E – Pontuação parcial para o “Prazo de Entrega” apresentado pelo concorrente

ARTIGO 9º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, no prazo de 5 dias úteis após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do Programa de Procedimento).

b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:

b1) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do nº 1 do artigo 55.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão


(Paula Nunes)

b2) cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 55.º do CCP;

b3) cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do nº 1 artigo 55.º do CCP;

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.

4. No caso do adjudicatário se tratar de empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, este para além dos documentos referidos no ponto 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar

ARTIGO 10º

CAUÇÃO

1. Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a € 200.000,00.

2. No caso referido no número anterior pode a Entidade Adjudicante, se o considerar conveniente proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, se previsto no caderno de encargos.

3. No caso do preço contratual ser igual ou superior a € 200.000,00 deve ser prestada caução que será no valor de 5% do preço contratual.

Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A Chefe de Divisão

(Paula Nunes)

4. O adjudicatário, quando lhe seja exigida, deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da respectiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.

5. A caução, quando exigida, é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário.

Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redacção do documento deverá obedecer ao modelo constante do Anexo III do Programa de Procedimento.

Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem do Município de Loulé, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o disposto no anexo III do Programa de Procedimento.

ARTIGO 11º

CONTRATO

O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 12º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua versão mais atual e demais legislação aplicável.